Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.09,2024

ISSN 2178-6925

AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P): ANÁLISE DA VIABILIDADE DE ADESÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

ENVIRONMENTAL AGENDA OF PUBLIC ADMINISTRATION (A3P): ANALYSIS OF THE FEASIBILITY OF ACCESSION OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF PARÁ

AGENDA AMBIENTAL DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA (A3P): ANÁLISIS DE LA VIABILIDAD DE ADHESIÓN DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE PARÁ

Emanuelle Pereira do Nascimento
Mestranda em Ciências e Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Brasil
E-mail: emanuelle@ufpa.br

Antonio dos Santos Silva
Doutor, Universidade Federal do Pará, Brasil
E-mail: ansansilva47@gmail.com

Regina Celi Sarkis Muller
Doutora, Universidade Federal do Pará, Brasil
E-mail: reginamuller60@gmail.com

Resumo
O tema Meio Ambiente vem adquirindo cada vez espaço na sociedade, de maneira que instituições públicas e privadas têm implementado ações sustentáveis para o alcance de objetivos estratégicos. O presente artigo teve como objetivo analisar a viabilidade de adesão da Universidade Federal do Pará (UFPA) à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) através de um questionário estruturado aplicado em três setores da instituição, escolhidos devido a sua relevância para o tema, abordando os cinco eixos temáticos propostos pela A3P e a realização de um diagnóstico de viabilidade de adesão à A3P, verificando como as questões ambientais estão inseridas na UFPA. Identificou-se que a UFPA vem avançando na implementação de diversas ações para a adesão à A3P, porém diversos projetos ainda precisam ser desenvolvidos para consolidar essa adesão e garantir o atendimento às normas vigentes no que concerne à sustentabilidade.
Palavras-Chave: Amazônia; Desenvolvimento Sustentável; Meio Ambiente.

Abstract
The theme of the Environment has been increasingly gaining ground in society, so that public and private institutions have implemented sustainable actions to achieve strategic objectives. This article aimed to analyze the feasibility of adhesion of the Federal University of Pará (UFPA) to the Public Administration Environmental Agenda (A3P) through a structured questionnaire applied in three sectors of the institution, chosen due to its relevance to the topic, addressing the five thematic axes proposed by A3P and carrying out a diagnosis of the feasibility of joining A3P, verifying how environmental issues are included in UFPA. It was identified that UFPA has been advancing in the implementation of several actions to adhere to the A3P, but several projects still need to be developed to consolidate this adherence and guarantee compliance with current standards regarding sustainability.
Keywords: Amazon; Sustainable Development; Environment.

Resumen
El tema del Medio Ambiente ha ido ganando cada vez más espacio en la sociedad, por lo que instituciones públicas y privadas han implementado acciones sustentables para alcanzar objetivos estratégicos. Este artículo tuvo como objetivo analizar la viabilidad de la adhesión de la Universidad

ISSN 2178-6925

Federal de Pará (UFPA) a la Agenda Ambiental de la Administración Pública (A3P) a través de un cuestionario estructurado aplicado en tres sectores de la institución, elegidos por su relevancia para el tema, abordando los cinco ejes temáticos propuestos por la A3P y realizar un diagnóstico de viabilidad de adhesión a la A3P, verificando cómo las cuestiones ambientales son incluidas en la UFPA. Se identificó que la UFPA viene avanzando en la implementación de varias acciones para adherir al A3P, pero aún es necesario desarrollar varios proyectos para consolidar esa adhesión y garantizar el cumplimiento de los estándares vigentes en materia de sostenibilidad.
Palabras clave: Amazonas; Desarrollo Sostenible; Ambiente.

1 INTRODUÇÃO

O tema Meio Ambiente tem alcançado altos patamares no mundo inteiro, adquirindo um papel cada vez mais determinante na sociedade. No Brasil, a trajetória não foi diferente, com autoridades das esferas pública e privada reconhecendo a importância da gestão ambiental eficiente para alcançar objetivos organizacionais e promover o desenvolvimento sustentável.

Conforme Pott e Estrela (2017), o ano de 1981 marcou um ponto de inflexão na questão ambiental no Brasil. Através da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), o governo federal instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) pela Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Esta lei criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), além de estabelecer instrumentos como Padrões de Qualidade Ambiental, Zoneamento Ambiental, Avaliação de Impactos Ambientais, Licenciamento Ambiental e o Sistema Nacional de Informações Ambientais. Ainda em 1981, a Lei Federal nº 6.902, de 27 de abril, dispôs sobre a criação de Áreas de Proteção Ambiental e Estações Ecológicas.

Desde então, diversas ações foram desenvolvidas para otimizar a gestão dos recursos naturais, integrando conceitos de sustentabilidade e gestão ambiental na administração pública, sendo que um marco significativo foi a Conferência Eco-92 ou Rio-92, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, que foi a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com a participação de 113 países e 178 chefes de governo (Ignacio, 2020).

A conferência teve impactos profundos nos âmbitos científico, diplomático, político e ambiental, promovendo debates e contribuições para um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável. Desse encontro surgiu a Agenda 21, um documento que estabeleceu políticas e ações de responsabilidade ambiental, funcionando como um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável.

Em seguimento a esses eventos, a administração pública tem sido convocada a cumprir seu papel na construção de uma cultura institucional que, por meio de práticas de sustentabilidade, permita a gestão adequada dos recursos naturais e econômicos, bem como dos resíduos gerados em suas atividades. Esse esforço visa combater o desperdício e incorporar diretrizes socioambientais, maximizando a contribuição da administração pública para o desenvolvimento sustentável (Araújo, 2018).

Em 1999, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) desenvolveu a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) como um projeto que buscava revisar padrões de produção e consumo, além de adotar novos referenciais de sustentabilidade ambiental nas instituições públicas. Dois anos depois, a A3P consolidou-se como um programa, com o objetivo de construir uma nova cultura institucional nas organizações públicas (Brasil, 2021). A A3P incentiva os gestores públicos a considerarem fatores como economia de recursos naturais, redução de gastos, gestão de resíduos, licitação sustentável e qualidade de vida no trabalho (Boca Santa; Pfitscher; Rocha, 2016; Santos, 2017).

ISSN 2178-6925

A A3P possui 5 eixos temáticos prioritários destacados pelo MMA:

1. Uso racional dos recursos naturais e bens públicos;
2. Gestão de resíduos gerados;
3. Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
4. Sensibilização e capacitação dos servidores;
5. Compras públicas sustentáveis.

De acordo com Vieira e Silva (2022), a A3P possui um efeito multiplicador e transformador, baseado na educação ambiental, na mudança de cultura e de hábitos dos servidores públicos. Essa mudança pode se estender para a sociedade, contribuindo para melhorar a imagem da administração pública e combater o estigma de excesso de gastos nos órgãos públicos.

Neste contexto, é importante refletir sobre a aplicação prática das orientações da A3P e investigar sua implementação na UFPA. Este trabalho buscou verificar a potencialidade de implantação oficial da A3P na UFPA, considerando projetos já em execução, como o Plano de Gestão de Logística Sustentável e a Coleta Seletiva Solidária.

Para tanto, foram analisados os cinco eixos temáticos prioritários da A3P em três setores do Campus Belém da UFPA, selecionados pela sua relevância na implementação da A3P e pela facilidade de acesso às informações necessárias para a pesquisa. Esses setores são a Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal (PROGEP), a Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) e a Coordenadoria de Meio Ambiente, vinculada à Prefeitura da UFPA.

Com a análise desses setores se pretendeu identificar as práticas sustentáveis já em desenvolvimento, apontar áreas para aperfeiçoamento e sugerir novas ações a serem implementadas, reforçando o compromisso da UFPA com a sustentabilidade e a gestão ambiental eficiente.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Do local de realização da pesquisa

A pesquisa foi realizada na UFPA, que foi criada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957, sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, após cinco anos de tramitação legislativa. Congregou as sete faculdades federais, estaduais e privadas existentes em Belém: Medicina, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais (UFPA, s.d.).

A UFPA é constituída por 15 institutos, 8 núcleos, 36 bibliotecas universitárias, 2 hospitais universitários e uma escola de aplicação. Segundo o Anuário Estatístico de 2018, ano base 2017, elaborado pela Pró-Reitoria de Planejamento, o ensino de graduação alcançou a marca de 38.865 mil estudantes; a pós-graduação, em torno de 9.249 estudantes; o ensino fundamental e médio, 1.051 alunos. Há, ainda, 6.769 estudantes matriculados em cursos de ensino técnico e cursos livres das Escolas de Música, Teatro e Dança e de Línguas Estrangeiras (UFPA, s.d.).

A maior universidade pública da Amazônia possui 4.411 alunos matriculados no mestrado; e 2.271, no doutorado. São 120 cursos, distribuídos por 40 doutorados, 58 mestrados acadêmicos e 22 mestrados profissionais. Dos 85 programas da UFPA, 12 estão em campi do interior do Estado (UFPA, s.d.).

ISSN 2178-6925

2.2 Responsabilidade Socioambiental e Desenvolvimento Sustentável

Observou-se ao longo das últimas décadas que está recaindo sobre as empresas uma grande pressão da sociedade por melhorias nas condições de vida das pessoas e na preservação ambiental. Isso é reflexo, em muitos casos, da impossibilidade do Estado em atender às demandas geradas pelo processo de globalização. Uma vez que as deficiências apresentadas pelo Estado em vários aspectos da vida cotidiana das pessoas incentivam a busca por novos agentes que se proponham a preenchê-lo. Dentre as opções que se apresenta a discussão sobre Responsabilidade Socioambiental das organizações (Chaves; Castello, 2023).

De acordo com Lemos (2013), a responsabilidade socioambiental das empresas consiste em um conjunto de ações sociais e ambientais desenvolvidas pelas mesmas. Essas ações têm como objetivo identificar e minimizar eventuais impactos negativos resultantes da atividade empresarial, além de desenvolver estratégias que contribuam para a construção de uma imagem positiva e crescimento organizacional.

A Responsabilidade Socioambiental traz, para as nações, a esperança de se construir um ideal desenvolvimento sustentável. Fortalece o conhecimento sobre os cuidados e obrigações que cidadãos e instituições devem ter diante da comunidade e da natureza, alertando para os possíveis resultados de suas ações, os quais dependerão de suas intenções e energia despendida (Carvalho, 2019).

É notório que o ponto forte do desenvolvimento sustentável implica na integração do desenvolvimento econômico com a proteção ambiental e o progresso social, e para que isso ocorra não existe uma fórmula única; o que deve ser observado são os problemas e as aspirações de cada região, e a partir disso buscar estratégias de desenvolvimento, que poderá ter a aplicação facilitada com a implantação da Gestão Ambiental (Luiz *et al*., 2013).

Surgiram outras legislações no âmbito ambiental, como a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998), que estabelece penalidades para atividades que causem danos ao meio ambiente, e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), que estabelece diretrizes para a gestão de resíduos sólidos no país. Além das leis e políticas públicas, há também a atuação dos órgãos ambientais, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e as secretarias de meio ambiente, que passaram a ter maior atuação na fiscalização e monitoramento das atividades que possam causar impactos ambientais (Martins, 2023).

2.3 Legislações Ambientais no Brasil

Foram implantadas diversas legislações ambientais no Brasil, com o intuito de orientar ações e procedimentos sustentáveis. Segue no Quadro 1 algumas das principais legislações vigentes no Brasil:

Quadro 1. Principais Legislações Ambientais Vigentes no Brasil

LEIS	DISPOSIÇÃO
Lei n° 6.938/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
Lei n° 9.795/1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
Lei n° 12.305/2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
Lei n° 9.605/1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras

	providências.
Lei nº 6.902/1981	Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.
IN n° 01/2010	Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
Decreto n° 9.373/2018	Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Decreto n° 10.936/2022	Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
Resolução CONAMA n° 1, de 23 de janeiro de 1986	Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental.
Resolução CONAMA n° 237, de 19 de dezembro de 1997	Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental.

Fonte: Os autores (2024).

A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente no Brasil. Esta legislação é fundamental para a proteção ambiental no país, pois define os princípios, objetivos e instrumentos que visam a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida. Entre seus principais aspectos, a lei institui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), que organiza os órgãos e entidades responsáveis pela implementação da política ambiental em diferentes níveis de governo. Além disso, a Lei 6.938/1981 introduz o conceito de poluidor-pagador, onde os responsáveis por atividades poluidoras são obrigados a arcar com os custos da prevenção, controle e reparação dos danos ambientais, incentivando a responsabilidade e a sustentabilidade no uso dos recursos naturais.

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, institui a Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil, reconhecendo a educação ambiental como um componente essencial e permanente da educação nacional. Esta legislação visa promover a conscientização pública sobre a importância da conservação e sustentabilidade ambiental, integrando práticas educativas em todos os níveis de ensino e em diferentes contextos sociais. A lei destaca a necessidade de formação de uma sociedade ambientalmente responsável, através de programas e projetos educativos que envolvam não apenas o sistema formal de ensino, mas também a comunidade, empresas e instituições públicas e privadas. Ao promover a educação ambiental, a Lei 9.795/1999 busca capacitar cidadãos para participarem ativamente na preservação e melhoria do meio ambiente, garantindo um desenvolvimento sustentável para as futuras gerações.

A Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) no Brasil, estabelecendo diretrizes para a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos. Esta legislação aborda a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, envolvendo fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. A lei visa reduzir a geração de resíduos e aumentar a reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos, além de promover a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. A PNRS também incentiva a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis e valorização de cooperativas e outras formas de organização, fortalecendo a economia circular. Com a implementação da Lei 12.305/2010, o Brasil busca enfrentar os desafios do gerenciamento de resíduos sólidos, contribuindo para a proteção ambiental e a saúde pública.

ISSN 2178-6925

A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais, estabelece sanções penais e administrativas para condutas e atividades lesivas ao meio ambiente no Brasil. Esta legislação abrange uma ampla gama de infrações ambientais, incluindo a poluição, a destruição de florestas e vegetação, a caça e pesca ilegais, e o tráfico de animais silvestres, entre outros. A lei introduz a responsabilidade penal tanto para pessoas físicas quanto jurídicas, permitindo a aplicação de penas que variam de multas e serviços comunitários até a prisão, dependendo da gravidade do crime. Além disso, a Lei 9.605/1998 prevê medidas preventivas e reparatórias, como a obrigação de recuperar áreas degradadas e reparar danos ambientais. Com esta legislação, o Brasil reforça seu compromisso com a proteção do meio ambiente, buscando prevenir danos ambientais e punir aqueles que os causam.

A Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, é um marco na legislação ambiental brasileira, pois dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Esta lei tem como objetivo a preservação de ecossistemas representativos e a promoção da conservação da biodiversidade. As Estações Ecológicas são unidades de conservação de proteção integral, onde a principal finalidade é a realização de pesquisas científicas e o monitoramento ambiental, com acesso público restrito para garantir a mínima interferência humana. As Áreas de Proteção Ambiental, por outro lado, são de uso sustentável, permitindo a coexistência de atividades econômicas com a preservação ambiental, sujeitas a normas e restrições específicas para proteger os recursos naturais. A Lei nº 6.902/1981 estabelece os critérios para a criação dessas áreas protegidas, fortalecendo a política nacional de conservação ambiental e contribuindo para a gestão sustentável dos recursos naturais no Brasil.

A Instrução Normativa (IN) nº 01, de 24 de fevereiro de 2010, emitida pelo Ministério do Meio Ambiente do Brasil, estabelece diretrizes e procedimentos para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), conforme definido pela Lei nº 12.305/2010. Esta normativa detalha as obrigações e responsabilidades dos diferentes atores envolvidos na gestão de resíduos sólidos, incluindo fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e os serviços públicos de limpeza urbana. A IN nº 01/2010 especifica os critérios para a elaboração dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), que devem ser adotados por empresas e entidades que gerem resíduos significativos. Além disso, a instrução enfatiza a necessidade de promover a logística reversa, onde os produtos e embalagens devem ser retornados aos seus ciclos produtivos ou para destinação final ambientalmente adequada. Ao detalhar os mecanismos operacionais e administrativos, esta normativa visa garantir a efetividade da PNRS, promovendo a redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos no Brasil.

O Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, regulamenta a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) no Brasil. Este decreto detalha os instrumentos e mecanismos necessários para a implementação da PNRS, abordando a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos. Ele define os procedimentos para a elaboração dos Planos de Gestão de Resíduos Sólidos, que devem ser desenvolvidos por estados, municípios e pelo setor privado. O decreto também estabelece as diretrizes para a logística reversa, um sistema que responsabiliza fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes pelo retorno de produtos e embalagens após o consumo. Além disso, o Decreto nº 7.404/2010 promove a inclusão social e a valorização dos catadores de materiais recicláveis, incentivando a formação de cooperativas e associações. Ao regulamentar a PNRS, o decreto fortalece a sustentabilidade ambiental e a gestão eficiente dos resíduos sólidos no Brasil, contribuindo para a preservação do meio ambiente e a saúde pública.

ISSN 2178-6925

O Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990, regulamenta a Lei nº 6.902/1981 e a Lei nº 6.938/1981, estabelecendo normas para a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental no Brasil. Este decreto define os critérios e procedimentos para a delimitação, implantação e gestão dessas áreas protegidas, com o objetivo de conservar ecossistemas representativos, preservar a biodiversidade e promover o uso sustentável dos recursos naturais. As Estações Ecológicas são unidades de conservação de proteção integral, destinadas à realização de pesquisas científicas e monitoramento ambiental, enquanto as Áreas de Proteção Ambiental permitem o uso sustentável dos recursos naturais, conciliando conservação ambiental com atividades econômicas. O Decreto nº 99.658/1990 reforça o compromisso do Brasil com a preservação ambiental, estabelecendo um marco regulatório para a criação e gestão de áreas protegidas, essenciais para a manutenção da diversidade biológica e a qualidade de vida.

A Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986, é um marco na legislação ambiental brasileira, estabelecendo critérios e diretrizes para a realização de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Esta resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) determina que o EIA/RIMA deve ser exigido para a implantação de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como obras de infraestrutura, indústrias e projetos de exploração de recursos naturais. A resolução detalha os procedimentos para a elaboração do EIA, que deve incluir a análise dos impactos ambientais diretos e indiretos, a definição de medidas mitigadoras e compensatórias, além da consulta pública, garantindo a participação da sociedade no processo de licenciamento ambiental. Com a Resolução CONAMA nº 1/1986, o Brasil reforça a importância da avaliação ambiental prévia para assegurar que o desenvolvimento econômico seja compatível com a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida das populações afetadas.

A Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, é uma das normas mais importantes no contexto do licenciamento ambiental no Brasil. Ela detalha os procedimentos para o processo de licenciamento ambiental, abrangendo as fases de solicitação, análise, emissão e renovação das licenças ambientais necessárias para a instalação e operação de empreendimentos potencialmente poluidores ou degradadores do meio ambiente. A resolução estabelece três tipos principais de licenças: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), cada uma com requisitos e condições específicas. Além disso, a Resolução CONAMA nº 237/1997 define os critérios para a competência do licenciamento entre os entes federativos, promovendo a descentralização e a participação dos órgãos estaduais e municipais no processo. Ao regulamentar o licenciamento ambiental de forma clara e objetiva, esta resolução visa assegurar que o desenvolvimento econômico ocorra de maneira sustentável, protegendo o meio ambiente e garantindo a saúde e o bem-estar das comunidades envolvidas.

As legislações ambientais vigentes no Brasil estabelecem um robusto arcabouço jurídico para a proteção ambiental, a gestão sustentável dos recursos naturais e a promoção da responsabilidade socioambiental. Este conjunto normativo busca integrar a conservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico, garantindo que atividades potencialmente impactantes sejam realizadas de maneira sustentável e transparente. A A3P surge como uma iniciativa complementar e fundamental dentro desse contexto, promovendo práticas de sustentabilidade no âmbito das instituições públicas. A A3P incentiva a adoção de medidas como a gestão eficiente de resíduos, o uso racional de recursos naturais, a redução do consumo de energia e a implementação de políticas de compras sustentáveis. Assim, alinhada com as legislações vigentes, a A3P reforça o compromisso do setor público com a sustentabilidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais equilibrada e consciente ambientalmente.

ISSN 2178-6925

2.4 Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P

A A3P é um programa que busca incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da Administração Pública, através do estímulo a determinadas ações que vão, desde uma mudança nos investimentos, compras e contratações de serviços pelo governo, passando pela sensibilização e capacitação dos servidores, pela gestão adequada dos recursos naturais utilizados e resíduos gerados, até a promoção da melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho. Essas ações embasam e estruturam os eixos temáticos da A3P (Brasil, 2009).

De acordo com a Cartilha da A3P (Brasil, 2009), pode-se verificar os objetivos da A3P:

- Estimular a reflexão e a mudança de atitude dos servidores para que os mesmos incorporem os critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras;
- Sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais;
- Promover o uso racional dos recursos naturais e a redução de gastos institucionais;
- Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública;
- Reduzir o impacto socioambiental negativo direto e indireto causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

A implantação da A3P na UFPA é de extrema importância, pois promove a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental dentro da instituição. Projetos já implantados, como a gestão eficiente de resíduos sólidos, a implementação de sistemas de coleta seletiva, e programas de logística sustentável, demonstram o comprometimento da UFPA com práticas sustentáveis. Além disso, iniciativas de educação ambiental e conscientização entre a comunidade acadêmica e administrativa fortalecem a cultura de sustentabilidade.

A pesquisa realizada neste trabalho para avaliar e aprimorar essas iniciativas é fundamental, pois oferece uma base científica e metodológica para identificar boas práticas, medir impactos e propor melhorias contínuas.

3 METODOLOGIA

Para embasar os estudos realizados, foram conduzidas pesquisas bibliográficas aprofundadas e pesquisas de campo. A pesquisa bibliográfica teve como objetivo reunir os mais diversos conhecimentos teóricos sobre o tema, podendo ser encontrada em livros, artigos acadêmicos, periódicos, teses, dissertações e outros meios disponíveis em bibliotecas e bases de dados online. Este tipo de pesquisa é fundamental para construir uma base sólida de conhecimentos e teorias que sustentam a análise do tema.

Registre-se que a presente pesquisa foi devidamente cadastrada na Plataforma Brasil e submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPA, através do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética 68209923.5.0000.0018, número de parecer 6.104.713, assegurando o cumprimento de todos os requisitos legais e éticos necessários para o desenvolvimento da pesquisa. A aprovação pelo comitê de ética garante que a investigação foi conduzida em conformidade com as normas e diretrizes éticas vigentes, respeitando os direitos e a integridade dos participantes envolvidos. Este rigoroso processo de avaliação ética reflete o compromisso da UFPA com a promoção de práticas de pesquisa responsáveis e transparentes, reforçando a credibilidade e a validade

ISSN 2178-6925

dos resultados obtidos, bem como a sustentabilidade e o impacto positivo das iniciativas da A3P implementadas na instituição.

O estudo foi realizado em 3 setores específicos do Campus Belém da UFPA: a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), a Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) e a Coordenadoria de Meio Ambiente, que é vinculada à Prefeitura da UFPA. Foi feita uma análise para identificar a potencialidade de adesão à A3P, de maneira a aprofundar os estudos sobre a implantação de ações previstas nos eixos temáticos do programa para alcançar os objetivos propostos, analisando os dados que foram coletados. Através dessa abordagem prática, pretendeu-se observar como o conhecimento teórico é aplicado na realidade e demonstrar a viabilidade de adesão da UFPA à A3P.

O trabalho foi estruturado da seguinte forma: foram realizadas análises detalhadas na estrutura dos três setores, com o objetivo de identificar se as diretrizes propostas nos eixos temáticos da A3P estão sendo seguidas. Além disso, caso alguma diretriz não esteja sendo implementada, avaliou-se a viabilidade de adoção dessas práticas.

Estes setores foram selecionados por serem muito relevantes para a implantação da A3P na universidade e pela facilidade de acesso às informações necessárias para o desenvolvimento da pesquisa.

As análises foram conduzidas por meio de um questionário estruturado, composto por questões abertas e fechadas, respondido por servidores técnico-administrativos dos três setores mencionados anteriormente. O questionário foi elaborado para abordar os cinco eixos temáticos prioritários da A3P: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores; e compras públicas sustentáveis.

O processo de elaboração do questionário foi cuidadosamente planejado para assegurar que ele capturasse de forma abrangente as percepções e práticas dos servidores técnico-administrativos em relação às diretrizes estabelecidas pela A3P. O questionário foi desenvolvido com base nas ações específicas já implementadas nos setores envolvidos, de modo a avaliar se essas iniciativas estão alinhadas com os cinco eixos temáticos prioritários da A3P.

Inicialmente, realizou-se uma revisão das ações previamente desenvolvidas em cada setor, como a Coordenadoria de Meio Ambiente, a PROGEP e a PROPLAN, para identificar quais áreas de atuação já estavam sendo abordadas e quais poderiam necessitar de melhorias ou maior atenção. Com essas informações em mãos, estruturamos o questionário em duas partes: uma com questões fechadas, permitindo uma análise quantitativa das respostas, e outra com questões abertas, proporcionando aos servidores a oportunidade de expressar suas opiniões e sugestões de forma mais detalhada.

Além disso, buscou-se garantir que o questionário fosse claro e acessível a todos os participantes, permitindo que as respostas refletissem fielmente as práticas e percepções dos servidores em relação à implementação da A3P nos respectivos setores. Também tentou-se garantir que o questionário foi elaborado dentro dos padrões de ética estabelecidos pela Plataforma Brasil, plataforma essa que o projeto foi cadastrado, conforme número citado anteriormente.

A aplicação do questionário ocorreu em duas modalidades: online, via Google Forms, cujo link foi enviado por e-mail aos colaboradores; e presencialmente, nos próprios setores indicados para participar da pesquisa. O período de aplicação estendeu-se de outubro de 2023 a março de 2024.

Ao todo, foram entrevistados 72 servidores, distribuídos da seguinte forma: 3 servidores da Coordenadoria de Meio Ambiente, 48 servidores da PROGEP e 21 servidores da PROPLAN.

Esta pesquisa foi realizada utilizando o método comparativo, que permitiu analisar a viabilidade da aplicação de recursos sustentáveis na UFPA. Foi conduzido um estudo

ISSN 2178-6925

detalhado para identificar quais práticas sustentáveis estão sendo desenvolvidas atualmente, e, a partir dessa análise, foram indicadas melhorias ou novas ações a serem implementadas.

Conforme Marconi e Lakatos (2010), o método comparativo visa comparar os objetos de estudo para explicar divergências e semelhanças, tanto no passado quanto no presente. Este método é essencial para entender as diferentes abordagens e resultados das práticas sustentáveis implementadas nos setores analisados.

A metodologia adotada foi de pesquisa exploratória, que busca obter mais material sobre o assunto e aprofundar-se no tema, utilizando diferentes métodos de pesquisa para validar ou refutar as descobertas. Segundo Oliveira (2011), uma pesquisa exploratória requer um estudo posterior e, geralmente, tem um planejamento mais flexível, envolvendo levantamento bibliográfico, análise de documentos, observação de fenômenos e estudo de casos.

A pesquisa foi realizada com uma abordagem mista, qualitativa e quantitativa. A abordagem qualitativa tentou identificar as percepções dos indivíduos sobre a temática, interpretando aspectos implícitos como pensamentos e sentimentos, visando entender os fenômenos de forma detalhada. Isso foi feito através de questionários com perguntas abertas e entrevistas. A abordagem quantitativa, por sua vez, buscou descrever as causas de um fenômeno através de análises estatísticas e matemáticas, utilizando questionários com perguntas fechadas e análise de dados numéricos.

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), a abordagem qualitativa não se preocupa com a representatividade numérica, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou organização. Já a abordagem quantitativa utiliza a linguagem estatístico-matemática para descrever as causas de um fenômeno e as relações entre variáveis. A utilização conjunta das abordagens qualitativa e quantitativa é benéfica, pois permite a coleta de mais informações e uma compreensão mais ampla do objeto de estudo do que se cada abordagem fosse utilizada isoladamente.

Portanto, a combinação dessas metodologias proporcionou uma análise robusta e abrangente, possibilitando avaliar com precisão a potencialidade de implantação da A3P na UFPA e as ações já implementadas para formalizar essa adesão, garantindo um estudo completo e detalhado sobre a sustentabilidade na universidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o estudo realizado, a população da pesquisa tem o seguinte perfil: os participantes da pesquisa são servidores técnico-administrativos efetivos e estão divididos em 50,0 % do sexo feminino e 50,0 % do sexo masculino. Quanto à idade, tem-se que 8,3 % está na faixa de 20-29 anos, 47,2 % está na faixa entre 30-39 anos, 27,8 % está na faixa de 40-49 anos, 6,9 % está na faixa de 50-59 anos e 9,7 % está na faixa acima de 60 anos.

Quanto ao tempo de serviço, percebe-se que 22,2 % está na faixa de menos de 5 anos, 50,0 % está na faixa de 5 a 10 anos de serviço, 11,1 % está na faixa de 11 a 15 anos, 2,8 % está na faixa de 16 a 20 anos de serviço e 13,9 % está na faixa acima de 30 anos de serviço.

De acordo com o art. 5º da lei nº 11.091, o nível de classificação é o conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições. Portanto, quanto ao nível do cargo, analisa-se que 5,6% são do nível C (Ensino Fundamental Completo ou Ensino Médio Completo), 41,7 % são do nível D (Ensino Médio Completo ou Ensino Médio Profissionalizante Completo) e 52,8 % são do nível E (Ensino Superior

ISSN 2178-6925

Completo). Não foi identificado nenhum servidor dos níveis A e B nos setores que participaram da pesquisa.

Quanto aos setores que foram selecionados para responder à pesquisa, tem-se que 66,7 % pertencem à PROGEP, 29,2 % pertencem à PROPLAN e 4,2 % pertencem à Coordenadoria de Meio Ambiente. De acordo com dados solicitados através do sistema SAGITTA, a PROGEP possui um total de 121 servidores, a PROPLAN possui um total de 32 servidores e a Coordenadoria de Meio Ambiente, que é vinculada à Prefeitura da UFPA, possui um total de 3 servidores.

A pesquisa busca analisar a potencialidade de implantação da A3P na UFPA, de modo a mensurar quais ações já foram implementadas, quais estão em andamento e quais são necessárias para inserir a instituição em um ambiente cada vez mais sustentável. Diante do exposto, o questionário abordou cada um dos cinco eixos temáticos prioritários com variáveis ambientais a serem analisadas, conforme definição abaixo:

O primeiro eixo temático fala sobre o uso racional dos recursos naturais e bens públicos (Quadro 2). Neste eixo, foi analisada a conduta dos setores sobre o uso racional de energia e água, além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente.

Quadro 2. Primeiro Eixo Temático: Uso Racional de Recursos Naturais e Bens Públicos

PERGUNTA	SIM	NÃO	NÃO SEI
1) Luzes e equipamentos eletrônicos são desligados quando não utilizados por um longo período?	76,4 %	23,6 %	0,0 %
1.1) Caso a resposta anterior seja NÃO, por quê?	Não é um hábito (78,4 %) Esquecimento por parte dos servidores (13,9 %) Pessoas não dão muita importância à economia de recursos (7,7 %)		
2) É utilizado o padrão frente e verso na impressão de documentos?	70,8 %	29,2 %	0,0 %
3) A ferramenta SIPAC tem sido utilizada adequadamente para substituir a assinatura física de documentos?	97,2 %	2,8 %	0,0 %
4) O setor utiliza a prática de adoção de copos, na tentativa de diminuir o uso de descartáveis?	66,7 %	31,9 %	1,4 %
4.1) Caso a resposta anterior seja NÃO, você considera pertinente a adoção desta prática em seu setor de trabalho?	Sim (100,0 %)		
5) O setor utiliza lâmpadas fluorescentes em sua totalidade?	76,4 %	13,9 %	9,7 %
6) Papéis A4 inservíveis são utilizados como rascunho?	69,4 %	26,4 %	4,2 %
7) Há campanhas de conscientização de redução do consumo de água em seu setor?	16,7 %	75 %	8,3 %
7.1) Caso a resposta anterior seja NÃO, você considera pertinente a adoção desta prática em seu setor de trabalho?	Sim (90,0 %) Não acredito que haja desperdício considerável que demanda tal ação (10,0 %)		

Fonte: Os autores (2024).

O uso racional de recursos naturais e bens públicos é essencial para garantir a sustentabilidade ambiental e a eficiência econômica nos setores de trabalho.

A adoção de práticas que promovam a conservação de energia, a gestão eficiente da água e a redução de resíduos deve ser uma prioridade nas rotinas dos servidores. Implementar ações que incentivem essas práticas não só ajuda a preservar o meio ambiente, mas também contribui para a redução de custos operacionais, beneficiando as organizações a longo prazo.

A conscientização e o treinamento contínuo dos colaboradores sobre a importância do uso sustentável de recursos são fundamentais para incorporar essas práticas de forma

ISSN 2178-6925

efetiva. Além disso, o exemplo dado pelas instituições no uso racional de recursos reforça a responsabilidade social e ambiental, criando um ambiente de trabalho mais consciente e comprometido com o bem-estar coletivo e a proteção do planeta.

Em observância às respostas apresentadas no Quadro 2, se constatou que a instituição já implementou diversas ações para racionar os recursos naturais e bens públicos, mas que pode melhorar ainda mais a adesão às ações que já foram implementadas, bem como iniciar novas práticas para racionar ainda mais os recursos disponibilizados. Percebeu-se também que os servidores participantes da pesquisa são conscientes da necessidade de tais práticas, a fim de tornar a universidade um ambiente cada vez mais sustentável.

Na 1ª pergunta do questionário, tratando se luzes e equipamentos eletrônicos são desligados quando não utilizados por um longo período, percebe-se que mesmo a maioria dos servidores desligando os equipamentos quando não utilizados, ainda há um grande público que não utiliza essas práticas, por falta de hábito, por não dar muita importância à economia de recursos ou por próprio esquecimento dos servidores.

Na pergunta 2, que fala sobre a utilização do padrão frente e verso na impressão de documentos, observa-se que a adoção dessa prática vem crescendo, mas que quase 30 % do público-alvo da pesquisa ainda não utiliza esse procedimento, o que é fundamental para uma maior economia de recursos.

Na pergunta 3, que questiona se a ferramenta SIPAC tem sido utilizada adequadamente para substituir a assinatura física de documentos, constatou-se que a grande maioria dos servidores já usa esse instrumento, o que ajuda na diminuição da impressão de papéis em todo o território da instituição.

Na pergunta 4, que pergunta sobre a utilização da prática de adoção de copos, na tentativa de diminuir o uso de descartáveis, nota-se que muitos servidores ainda não inseriram em sua rotina esta prática, pois muitas vezes o setor disponibiliza copos para a área de atendimento, e o servidor passa a utilizá-los também. Todos os participantes da pesquisa julgaram ser pertinente a adoção desta prática no setor de trabalho, o que caracteriza a conscientização da equipe com a questão socioambiental.

Na pergunta 5, que fala sobre a totalidade de utilização de lâmpadas fluorescentes no setor de trabalho, identifica-se que é necessário aumentar o uso nos setores pesquisados, pois a cobertura ainda deixa a desejar. Notou-se ainda que quase 10 % dos servidores não sabem identificar se a utilização dessas lâmpadas é total no setor.

Na pergunta 6, que versa sobre a utilização de papéis A4 inservíveis como rascunho, nota-se que mais de 30 % dos servidores não adotam esse comportamento, e que os papéis são descartados sem nenhum aproveitamento.

A pergunta 7 fala sobre a existência de campanhas de conscientização de redução do consumo de água nos setores pesquisados. Mais de 80 % dos entrevistados disseram não saber ou que seu setor não tem campanhas para redução desse consumo. É necessário que haja Educação Ambiental no sentido de promover campanhas para reduzir o consumo, pois este é ponto crucial no uso adequado de recursos naturais.

O segundo eixo temático fala sobre a gestão dos resíduos gerados (Quadro 3). Aqui, tenta-se mensurar primeiramente se houve a redução do consumo e combate ao desperdício para só então destinar o resíduo gerado corretamente.

ISSN 2178-6925

Quadro 3. Segundo Eixo Temático: Gestão de Resíduos Gerados

PERGUNTA	SIM	NÃO	NÃO SEI
8) Você conhece o Plano de Logística Sustentável da UFPA?	41,7 %	56,9 %	1,4 %
9) Existe separação dos resíduos recicláveis descartados em seu setor?	22,2 %	50,0 %	27,8 %
10) O descarte de materiais eletroeletrônicos inservíveis é feito de maneira adequada em seu setor?	51,4 %	11,1 %	37,5 %
11) Você tem conhecimento se a UFPA destina material reciclável a Cooperativas?	38,9 %	22,2 %	38,9 %
11.1) Caso a resposta anterior seja SIM, a qual(is) Cooperativas este material é destinado?	Não sei (68,7 %) Emaús (6,3 %) Site da coleta seletiva da UFPA existe a lista das cooperativas parceiras (12,5 %) Credenciadas na UFPA (12,5 %)		
12) Você conhece o Plano de Logística Reversa da UFPA?	43,7 %	54,9 %	1,4 %
13) O descarte de cartuchos e toners no seu setor segue o previsto no Plano de Logística Reversa da UFPA?	56,9 %	41,7 %	1,4 %

Fonte: Os autores (2024).

A gestão eficiente dos resíduos gerados é de extrema importância para promover a sustentabilidade ambiental e a preservação do Meio Ambiente. Na UFPA, a implementação de ferramentas como o Plano de Logística Sustentável e o Plano de Logística Reversa é fundamental para alcançar esses objetivos. O Plano de Logística Sustentável da UFPA estabelece diretrizes e práticas para a minimização de resíduos, incentivando a reciclagem e o reuso de materiais, enquanto o Plano de Logística Reversa assegura a destinação adequada de resíduos perigosos e eletrônicos, prevenindo danos ao meio ambiente e à saúde humana. Essas iniciativas não só reduzem o impacto ambiental das atividades da universidade, mas também servem como um exemplo de responsabilidade socioambiental para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

A conscientização e o envolvimento de todos os membros da UFPA são essenciais para o sucesso desses planos, garantindo que a gestão de resíduos seja realizada de maneira eficaz e sustentável.

No que concerne ao Segundo Eixo Temático, nota-se que a Gestão dos Resíduos Gerados precisa de uma maior eficiência em sua implementação. A UFPA já possui alguns instrumentos para gerenciar tais ações, mas que são ainda pouco conhecidos pela comunidade. Nota-se a necessidade de uma maior divulgação dos planos elaborados pela universidade, para que a Gestão dos Resíduos Gerados seja feita com mais qualidade e de acordo com as principais legislações ambientais vigentes.

Na pergunta 8, que trata sobre o conhecimento do Plano de Logística Sustentável (PLS) da UFPA, percebe-se que a maior parte dos setores pesquisados não tem conhecimento ou não utiliza o que é indicado no plano de gestão. Portanto, a implementação desse plano é importantíssima para inserir mais práticas de sustentabilidade e racionalização no uso de materiais e serviços não só no 2° eixo temático, mas em todos eles, e a maior divulgação e utilização desse instrumento é importante para que as práticas ali indicadas sejam implementadas na instituição.

O PLS da UFPA é um compromisso institucional com práticas de racionalização dos gastos públicos que promovem maior transparência e efetividade no uso dos recursos disponíveis ao tempo em que desenvolve ações de promoção da consciência ambiental da comunidade acadêmica (PLS UFPA, 2019).

ISSN 2178-6925

Na pergunta 9, que indaga se há separação de resíduos recicláveis descartados nos setores, quase 80 % do público entrevistado disse que não há ou que não sabe se existe essa separação. A separação de resíduos é muito importante para efetuar a reciclagem do material na UFPA, e a não separação dificulta bastante essa correta destinação.

Na pergunta 10, que fala sobre o correto descarte de materiais eletroeletrônicos nos setores, tem-se que quase metade da população dos setores entrevistados não sabe ou não descarta de maneira correta esse material. Isso atrapalha as ações para uma adequada coleta seletiva em todo o ambiente da instituição.

Na pergunta 11, que indaga se o servidor tem conhecimento se a UFPA destina material reciclável a cooperativas, mais de 60 % dos entrevistados dizem não saber ou que a UFPA não faz essa destinação. De acordo com a pesquisa realizada, esse material é destinado sim a cooperativas, só que essa destinação não tem alta publicidade, daí o desconhecimento dos setores sobre o tema.

Na pergunta 12, que versa sobre o conhecimento sobre o Plano de Logística Reversa da UFPA, quase 60 % dos servidores dos setores entrevistados não conhecem ou não utilizam o plano em seus locais de trabalho. Desta forma, é necessária uma maior divulgação do plano, para que os servidores possam fazer o correto descarte desses materiais.

O Plano de Logística Reversa da UFPA tem o objetivo de realizar a destinação adequada dos toners e cartuchos vazios, na tentativa de fazer uma destinação final ambientalmente adequada do material utilizado.

Na pergunta 13, que questiona se o descarte de cartuchos e toners segue o previsto no Plano de Logística Reversa da UFPA, percebe-se que quase metade dos entrevistados não sabe ou diz que o setor não segue o que está previsto no plano. É importante que o determinado no plano seja seguido, pois o descarte incorreto desse material acarreta muitos prejuízos para o Meio Ambiente.

No terceiro eixo, que fala sobre a qualidade de vida no ambiente de trabalho (Quadro 4), busca-se saber se há ações para o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores da UFPA, através de ações como Programas de Qualidade de Vida no Trabalho e Comunicação Eficaz entre as hierarquias.

Quadro 4. Terceiro Eixo Temático: Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

PERGUNTA	SIM	NÃO	NÃO SEI
13) Seu setor participa das ações desenvolvidas na UFPA direcionadas à Saúde e Qualidade de Vida do servidor?	95,8 %	4,2 %	0,0 %
13.1) Caso a resposta anterior seja NÃO, seria interessante a adoção desta prática?	Sim (100,0 %)		
14) Seu setor tem acessibilidade para Pessoas com Deficiência (PcD) ou com mobilidade reduzida?	48,6 %	47,2 %	4,2 %
15) Seu setor possui CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes)?	1,4 %	73,6 %	25,0 %
16) Seu setor promove atividades de integração social interna, como eventos de finalidade integrativa?	76,4%	23,6%	0,0 %

Fonte: Os autores (2024).

Quanto à Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho, nota-se que a instituição adota práticas direcionadas para o seu desenvolvimento. Contudo, é importante ressaltar que, de acordo com os resultados obtidos, a acessibilidade na instituição precisa ser melhorada, e que as equipes entrevistadas não sabem se há Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) na UFPA. Existem também alguns programas que incentivam a participação de servidores em atividades que buscam promover saúde e bem-estar.

ISSN 2178-6925

Na pergunta 13, que fala sobre a participação dos setores nas ações desenvolvidas na UFPA direcionadas à Saúde e Qualidade de Vida do servidor, a grande maioria dos entrevistados disse que existe esse incentivo na participação por parte dos gestores dessas áreas, e que diversas ações são desenvolvidas relativas a esse eixo temático. Todos os entrevistados disseram também que é importante a adoção desta prática para saúde e bem-estar do servidor.

Na pergunta 14, que indaga sobre acessibilidade para PcD ou com mobilidade reduzida, notou-se que mais da metade do público entrevistado disse que seus setores não possuem acessibilidade. Esse é um dado preocupante, já que existem vagas reservadas nos editais para esse público-alvo, o que leva a concluir que a universidade recebe pessoas que precisam de um atendimento especial e que esse atendimento não é realizado da melhor forma.

A acessibilidade nos setores da UFPA é de vital importância para promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os servidores, independentemente de suas limitações físicas ou sensoriais. Garantir um ambiente acessível não apenas cumpre as exigências legais, mas também demonstra um compromisso genuíno com a diversidade e a valorização de cada indivíduo. Uma boa acessibilidade facilita a participação plena de pessoas com deficiência, melhora a moral da equipe e aumenta a produtividade, ao remover barreiras que impedem a contribuição efetiva de todos os funcionários. Além disso, criar um espaço de trabalho acessível reflete uma cultura organizacional inclusiva e acolhedora, onde cada pessoa pode desempenhar seu papel com dignidade e eficiência. Essa abordagem não apenas beneficia diretamente os servidores, mas também fortalece a reputação da instituição como um local de trabalho progressista e comprometido com a equidade.

Na pergunta 15, que fala sobre os setores possuírem CIPA, percebe-se que não há uma comissão instalada dentro desses setores, e que as ações desenvolvidas pela área de Segurança do Trabalho precisam ter uma maior amplitude não só no âmbito desses setores, mas de toda a universidade.

A CIPA desempenha um papel crucial na construção de um ambiente de trabalho mais seguro para os servidores. Ao identificar riscos e promover a conscientização sobre práticas seguras, a CIPA contribui para a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. Sua atuação abrange desde a realização de inspeções regulares e a implementação de medidas corretivas, até a educação contínua dos funcionários sobre a importância da segurança no trabalho. Além disso, a CIPA serve como um canal de comunicação entre os trabalhadores e a administração, garantindo que as preocupações com a segurança sejam ouvidas e tratadas de forma eficaz. A presença ativa da CIPA não apenas reduz a incidência de acidentes, mas também promove uma cultura de segurança, onde todos os colaboradores se sentem responsáveis e engajados na criação de um ambiente de trabalho saudável e protegido.

Na pergunta 16, que versa sobre a promoção de atividades de integração social, como eventos de finalidade integrativa, viu-se que muitas ações são desenvolvidas nos setores com esse intuito, sejam elas em datas comemorativas ou em situações que permitam essa integração, como festa de aniversariantes do mês.

No quarto eixo (Quadro 5), que fala sobre sensibilização e capacitação de servidores, busca-se saber se há contribuição para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais, fornecendo oportunidade para os servidores desenvolverem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades.

Quadro 5. Quarto Eixo Temático: Sensibilização e Capacitação de Servidores

PERGUNTA	SIM	NÃO	NÃO SEI
17) Seu setor de trabalho participa/incentiva a participação em cursos de capacitação para servidores voltados à sustentabilidade?	65,3 %	30,6 %	4,2 %
18) Há incentivo para o desenvolvimento das habilidades individuais e coletivas, através de programas de mérito e reconhecimento no seu setor de trabalho?	41,7 %	50,0 %	8,3 %
19) Existem ações de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação dos recursos ambientais no seu setor de trabalho?	40,3 %	54,2 %	5,6 %
19.1) Você acredita que essas ações são importantes?	100,0 %	0,0 %	0,0 %
20) Existem capacitações de Educação Ambiental na instituição?	69,4 %	9,7 %	20,8 %
20.1) Você acredita que essas capacitações são importantes?	100,0 %	0,0 %	0,0 %

Fonte: Os autores (2024).

Com os resultados apresentados no Quadro 5, percebe-se que a instituição incentiva e promove a capacitação ambiental de seus servidores. Contudo, podem haver mais programas de mérito e reconhecimento na UFPA, de forma a incentivar o desenvolvimento das habilidades individuais e coletivas em cada um dos setores.

Na pergunta 17, que trata sobre a participação/incentivo no setor para os cursos de capacitação para servidores voltados à sustentabilidade, percebeu-se que mais de 30 % dos entrevistados não sabem ou não tem o apoio/incentivo de suas chefias para participação em debates que promovem a sustentabilidade no âmbito da universidade.

Na pergunta 18, que fala sobre o incentivo para o desenvolvimento das habilidades individuais e coletivas, através de programas de mérito e reconhecimento no setor, constatou-se que mais da metade dos servidores entrevistados não participam de programas de mérito ou não são incentivados a desenvolver habilidades individuais e coletivas por suas chefias imediatas.

O desenvolvimento das habilidades individuais e coletivas é fundamental para o sucesso e crescimento de qualquer organização. A implementação de programas de mérito e reconhecimento no setor de trabalho desempenha um papel crucial nesse processo, pois motiva os colaboradores a aperfeiçoarem suas competências e a trabalharem em sinergia com suas equipes. Esses programas não apenas incentivam a busca por excelência e inovação, mas também promovem um ambiente de trabalho mais engajado e colaborativo, onde os funcionários se sentem valorizados e inspirados a contribuir de maneira significativa para os objetivos da UFPA. Como resultado, o investimento no desenvolvimento contínuo de habilidades gera uma força de trabalho mais qualificada, produtiva e alinhada com a visão estratégica da organização.

Na pergunta 19, que fala sobre a existência de ações de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação dos recursos ambientais nos setores, tem-se que quase 60 % dos servidores entrevistados relataram não haver essas ações em seus setores de trabalho. Contudo, todos os entrevistados julgam ser importantes a adoção dessas ações.

A conscientização e a proteção do meio ambiente, juntamente com a preservação dos recursos naturais, são imprescindíveis nos setores de trabalho contemporâneos. Ações voltadas para a sensibilização ambiental são essenciais para educar os colaboradores sobre práticas sustentáveis e a importância de reduzir a pegada ecológica corporativa. Integrar políticas de sustentabilidade nas atividades diárias não só demonstra responsabilidade social, mas também contribui para a saúde do planeta e das futuras

ISSN 2178-6925

gerações. A implementação de iniciativas ecológicas, como a redução de desperdícios, o uso eficiente dos recursos e a promoção da reciclagem, fomenta um ambiente de trabalho mais responsável e consciente. Além disso, essas práticas sustentáveis podem levar a melhorias na eficiência e na imagem da organização, beneficiando tanto a instituição quanto a sociedade como um todo.

Por isso, os gestores devem incentivar cada vez mais os servidores de seus setores a adotarem tais práticas em seus cotidianos.

Na pergunta 20, que indaga se existem capacitações de Educação Ambiental na instituição, quase 30 % não sabem ou dizem não existir essas capacitações na UFPA. Do público entrevistado, todos disseram ser importantes essas capacitações em seus setores.

A capacitação em Educação Ambiental é crucial para a UFPA, pois promove uma cultura de sustentabilidade e responsabilidade ecológica entre estudantes, professores e funcionários. Ao integrar conhecimentos e práticas ambientais em todas as esferas acadêmicas e administrativas, a UFPA pode desenvolver uma comunidade universitária mais consciente e comprometida com a proteção do meio ambiente. A formação em Educação Ambiental capacita os indivíduos a compreenderem os impactos de suas ações e a adotarem comportamentos mais sustentáveis, contribuindo para a conservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida. Além disso, essa capacitação prepara futuros profissionais e líderes a incorporar princípios ambientais em suas respectivas áreas de atuação, ampliando o alcance das práticas sustentáveis. Portanto, investir em Educação Ambiental na UFPA é essencial para fomentar uma instituição que não apenas educa, mas também exemplifica o compromisso com um futuro mais sustentável.

No quinto eixo (Quadro 6), que trata de compras públicas sustentáveis, busca-se analisar se a Administração Pública, mais especificamente a UFPA, tem promovido a responsabilidade socioambiental em suas compras, através da exigência de selos ambientais e solicitação de materiais recicláveis.

Quadro 6. Quinto Eixo Temático: Compras Públicas Sustentáveis

PERGUNTA	SIM	NÃO	NÃO SEI	NÃO HÁ CONTRATADOS NO SETOR
21) Os contratados que atuam em seu setor adotam práticas de sustentabilidade na execução dos serviços contratados?	16,7 %	9,7 %	56,9 %	16,7 %
22) Seu setor dá preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga)?	26,4 %	13,9 %	59,7 %	-
23) Você sabe se as licitações da UFPA utilizam o critério de sustentabilidade em suas aquisições?	31,9 %	63,9 %	4,2 %	-
24) Seu setor possui um Plano de Gestão Socioambiental?	23,6 %	51,4 %	25,0 %	-

Fonte: Os autores (2024).

A adoção de compras públicas sustentáveis é essencial para promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma equilibrada. Ao optar por produtos e serviços que respeitam critérios de sustentabilidade, as instituições públicas não só reduzem impactos negativos ao meio ambiente, como também estimulam práticas responsáveis na cadeia produtiva. Compras sustentáveis incentivam a inovação e o

ISSN 2178-6925

crescimento de mercados verdes, favorecendo fornecedores que adotam práticas ecológicas e socialmente justas. Além disso, essa abordagem contribui para a eficiência no uso dos recursos públicos, garantindo que os investimentos feitos pelo governo reflitam um compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade social. A implementação de políticas de compras públicas sustentáveis também serve de exemplo para o setor privado e para a sociedade, promovendo uma cultura de consumo consciente e fortalecendo a sustentabilidade como um valor fundamental nas decisões econômicas e administrativas.

Para a questão das Compras Públicas Sustentáveis, constatou-se que não há muito conhecimento por parte dos servidores sobre o tema. A maioria não sabe se as compras são realizadas de acordo com o que a legislação ambiental exige. Todavia, sempre que uma compra vai ser realizada, o setor solicitante preenche a documentação necessária, e o setor responsável pela efetivação da compra dá preferência para os itens que consomem menos recursos e que atendem aos critérios estabelecidos em lei.

Na pergunta 21, que indaga se os contratados que atuam no setor adotam práticas de sustentabilidade na execução dos serviços contratados, quase 70 % dos entrevistados não sabem ou não adotam tais práticas em suas rotinas. Além disso, quase 20 % dos servidores disseram não haver pessoal contratado nos setores que atuam.

Na pergunta 22, que questiona se o setor dá preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento, mais de 70 % dos entrevistados afirmaram não saber ou que não dão preferência a esse tipo de produto.

Na pergunta 23, que versa sobre a utilização de critérios de sustentabilidade na aquisição das contratações, inferiu-se que quase 70 % dos servidores não sabem ou não utilizam esse critério em suas contratações. Alegaram que as compras devem obedecer ao critério de menor preço, e por isso não levam esses itens em consideração no momento da contratação.

Na pergunta 24, que fala sobre a existência de Plano de Gestão Socioambiental nos setores, constatou-se que quase 80 % dos entrevistados disseram não saber ou que o setor não possui esse plano de gestão.

Registre-se ainda que no referido questionário, as questões de números 25 a 28 foram abertas, para que o servidor(a) pudesse interagir de forma mais direta, de acordo com o disposto no Quadro 7.

Quadro 7. Perguntas Abertas Consolidadas

PERGUNTA	RESPOSTAS
25) Em sua opinião, o que motiva seu setor a implantar um Plano de Gestão Socioambiental?	* Não há Plano de Gestão Socioambiental em meu setor (11,12%). * Melhoria de qualidade de vida do planeta (9,25%). * Acompanhamento periódico do plano (3,70%). * Pouca divulgação do Plano de Logística Sustentável da UFPA (1,85%). * Servir de referência para a implantação do Plano de Gestão Socioambiental em outros setores (5,55%). * Economia de recursos (11,12%). * Implantação de rotinas sustentáveis no setor (22,22%). * Alcance dos objetivos organizacionais (16,67%). * Preocupação ambiental (3,70%). * Promover uma UFPA mais sustentável (12,97%). * Incentivo da chefia (1,85%).
26) Quais são as maiores dificuldades para a implantação de um Plano de Gestão Socioambiental?	* Falta de conhecimento sobre o tema (12%) * Pouca adesão da comunidade (22%) * Mudança de hábitos (32%) * Pouca disponibilidade de tempo (24%) * Pessoal capacitado (4%) * Falta de recursos (6%)

ISSN 2178-6925

27) Em sua opinião, quais são as questões ambientais mais urgentes a serem implementadas na UFPA?	* Redução do consumo de água e energia (25,92%) * Contenção no desperdício de alimentos (1,85%) * Reaproveitamento de água da chuva (7,50%) * Utilização de energias renováveis (7,50%) * Orçamento direcionado para implantação de ações ambientais na universidade (7,50%) * Integração entre os setores que desenvolvem ações sobre o tema (1,85%) * Efetivação da coleta seletiva na universidade (9,26%) * Utilização adequada de espaços físicos (3,70%) * Consumo consciente dos recursos disponibilizados (18,52%) * Educação ambiental mais efetiva (12,97%) * Falta investigar (3,70%)
28) Faça comentários, sugestões ou críticas a respeito do tema proposto (opcional).	* Tema muito relevante (35,71%) * Importância do papel da UFPA para conscientização e divulgação sobre sustentabilidade (42,86%) * Necessidade de implantação das práticas que são planejadas (17,86%) * Educação Ambiental mais efetiva (3,57%)

Fonte: Os autores (2024).

As perguntas abertas exigiam um pouco mais de tempo dos entrevistados, permitindo que eles opinassem sobre o assunto e fizessem comentários, sugestões ou críticas em relação ao tema proposto.

A pergunta 25 indagava aos servidores o que motivava seu setor a implantar um Plano de Gestão Socioambiental. A percepção dos entrevistados é de que o plano pode fazer com que a UFPA se torne mais sustentável, melhorando o alcance de seus objetivos organizacionais, além de trazer economia de recursos e melhoria de qualidade de vida no planeta.

A pergunta 26 questiona quais são as maiores dificuldades para a implantação desse plano. No geral, os participantes indicaram a falta de conhecimento sobre o tema, pouco tempo disponível para dedicar-se ao projeto e a dificuldade para mudança de hábitos da equipe de trabalho.

A pergunta 27 fala sobre as questões ambientais mais urgentes a serem implementadas na UFPA. Os principais itens listados pelos entrevistados foram a redução de consumo de energia e água, consumo consciente dos recursos disponibilizados e uma educação ambiental mais efetiva.

A pergunta 28 foi colocada na pesquisa como opcional. Ela pedia comentários, sugestões ou críticas sobre o tema. No geral, os entrevistados relataram a relevância do assunto proposto e a importância do papel da UFPA para conscientização e divulgação sobre o tema sustentabilidade para a comunidade administrativa e acadêmica.

A realização da presente pesquisa é de suma importância, pois permite uma avaliação aprofundada das práticas ambientais atuais e a identificação de áreas que necessitam de melhorias. Esta pesquisa não só verifica a conformidade com as diretrizes sustentáveis estabelecidas pela A3P, mas também oferece insights valiosos sobre a viabilidade e os benefícios potenciais de adotar novas práticas ambientais. Ao fornecer uma base científica para a tomada de decisões, a pesquisa contribui para a construção de uma instituição mais sustentável e consciente, promovendo a responsabilidade socioambiental e o desenvolvimento sustentável dentro da UFPA. Além disso, os resultados obtidos podem servir de referência para outras instituições de ensino superior, fortalecendo a cultura de sustentabilidade no ambiente acadêmico e na sociedade em geral.

ISSN 2178-6925

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema sustentabilidade vem ganhando cada vez mais espaço nas rotinas das universidades do país e do mundo, acompanhando o avanço das legislações sobre o assunto. A presente pesquisa busca avaliar a potencialidade de implantação da A3P na UFPA, bem como as ações já implementadas para formalizar a adesão da universidade à A3P.

Através do questionário respondido pelos servidores dos setores contratados, constatou-se que já existe um direcionamento positivo quanto à implementação da Agenda na universidade, com a efetivação de diversas ações nos cinco eixos temáticos da A3P.

No eixo 1, que trata do Uso Racional de Recursos Naturais e Bens Públicos, observa-se que os setores têm incentivado a adoção de práticas sustentáveis. No entanto, ainda é necessária uma mudança de hábitos por parte de alguns servidores para consolidar essas práticas.

Em relação ao eixo 2, que aborda a Gestão de Resíduos Gerados, verificou-se que a universidade criou algumas ferramentas para a gestão adequada desses resíduos. Contudo, essas ferramentas ainda são pouco conhecidas e divulgadas entre os setores, indicando a necessidade de uma maior disseminação e conscientização sobre sua utilização.

No eixo 3, que foca na Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho, nota-se que a instituição tem implementado ações para melhorar esse aspecto. No entanto, a pesquisa revelou que ainda há uma demanda significativa por melhorias na acessibilidade e na segurança do trabalho nos diversos setores da universidade.

O eixo 4, que versa sobre a Sensibilização e Capacitação de Servidores, evidencia que a UFPA tem se esforçado para melhorar as ações nessa área. Contudo, foi constatada a necessidade de elaborar mais projetos de educação ambiental, bem como de iniciativas de mérito e reconhecimento para os servidores.

Por fim, no eixo 5, que trata das Compras Públicas Sustentáveis, percebe-se que os servidores dos setores pesquisados possuem um conhecimento limitado sobre o tema, apontando para a necessidade de maior capacitação na área para o desenvolvimento eficaz de ações nesse eixo temático.

A adesão da UFPA à A3P é crucial para transformar a instituição em um ambiente mais sustentável e responsável socioambientalmente. Implementar ações nos cinco eixos temáticos propostos pelo programa permitirá à UFPA não apenas reduzir seu impacto ambiental, mas também fomentar uma cultura de sustentabilidade entre seus estudantes, professores e funcionários. Essa transformação não só melhorará a eficiência operacional da universidade, como também servirá de modelo para outras instituições de ensino, demonstrando o compromisso da UFPA com o desenvolvimento sustentável e a preservação do meio ambiente para as gerações futuras.

Diante do exposto, conclui-se que a UFPA vem avançando na implementação de diversas ações para a adesão à A3P. No entanto, é evidente que diversos projetos ainda precisam ser desenvolvidos para consolidar essa adesão e garantir o atendimento às normas vigentes no que concerne à sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, S. M. DE. **Análise das Questões Socioambientais na UFCG com base na Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P**. Campina Grande, 2018. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais). Disponível em: http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/1793/1/SELMA%20MARIA%20DE%20ARAUJO%20%E2%80%93%20DISSERTA%C3%87%C3%83O%20%28PPGRN%29%202018.pdf**.** ***A***cesso em: 17 de julho de 2022.

BOCA SANTA, S. L.; PFITSCHER, E. D.; ROCHA, V. S. Plano de gestão de logística sustentável: blocos com reaproveitamento de resíduos contribuindo com instituições federais de ensino superior na adoção da A3P. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental, Florianópolis**, v. 5, n. 2, p.444-457, 2016. Disponível em: http://doi.org/10.19177/rgsa.v5e22016444-457. Acesso em: 16 de julho de 2022.

BRASIL. **Lei n° 11.091, DE 12 de 2005**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm. Acesso em: 22 de maio de 2024.

BRASIL. MMA - Ministério do Meio Ambiente. **A3P - Agenda ambiental na administração pública**. 5. ed. Brasília, DF: MMA, 2009, 100p. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B5U_LR3t5z1IZTZOSml3SmdRVnc/view?pli=1&resourcekey=0-MeG_zeVoh_Y--GlVI1rLMQ. Acesso em: 12 de julho de 2022.

CARVALHO, R. L. V. DE. **A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e a contribuição da Educação à Distância na formação de gestores com responsabilidade socioambiental: um estudo de caso para gestores da Universidade Federal de Pernambuco**. Recife, 2019. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede/bitstream/tede2/8409/2/Renato%20Luiz%20Vieira%20de%20Carvalho.pdf. Acesso em: 08 de julho de 2024.

CHAVES, D. A.; CASTELLO, R. DO. N.. **O Desenvolvimento Sustentável e a Responsabilidade Socioambiental Empresarial.** Belém, 2023. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/16318637.pdf. Acesso em: 12 de julho de 2024.

DECRETO Nº 9.373, DE 11 DE MAIO DE 2018 (2018). Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9373.htm#art18**.** Acesso em: 24 de junho de 2024.

DECRETO Nº 10.936, DE 12 DE JANEIRO DE 2022 (2022). Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D10936.htm#art91**.** Acesso em: 24 de junho de 2024.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: EDUFRGS, 2009. Acesso em: 25 de julho de 2022.

IGNACIO, J.. ECO-92: o que foi a conferência e quais foram seus principais resultados? **Politize!**, 23 de novembro de 2020. Disponível em: https://www.politize.com.br/eco-92/#:~:text=A%20Confer%C3%AAncia%20contou%20com%20a%20presen%C3%A7a%20de%20178%20chefes%20de,movimentos%20sociais%20no%20F%C3%B3rum%20Global. Acesso em: 13 de julho de 2022.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010 (2010). Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Disponível em: https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-01-de-19-de-janeiro-de-2010. Acesso em: 24 de junho de 2024.

LEI Nº 6.902, DE 27 DE ABRIL DE 1981 (1981). Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6902.htm. Acesso em: 24 de junho de 2024.

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 (1981). Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 24 de junho de 2024.

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 (1998).
Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em: 24 de junho de 2024.

LEI N° 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999 (1999). Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm?TSPD_101_R0=ed321e1849d4%20c3658878e962b7df8960j1m000000000000000cff6deb5ffff00000000000000000000000%200000005acdf4c2008efb256d#:~:text=Art.,de%20vida%20e%20sua%20sustentabilidade. Acesso em: 24 de junho de 2024.

LEI Nº 12.305, DE 02 DE AGOSTO DE 2010 (2010). Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 24 de junho de 2024.

LEMOS, H. M. de. **Responsabilidade socioambiental.** São Paulo: FGV, 2013. Acesso em: 24 de abril de 2024.

LUIZ, L. C.; RAU, K.; FREITAS, C. L. DE; PFITSCHER, E. D.. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Práticas de Sustentabilidade: Estudo Aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.** Administração Pública E Gestão Social, 5(2), 54–62, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.21118/apgs.v5i2.4423. Acesso em: 30 de maio de 2024.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. Acesso em: 21 de julho de 2022.

MARTINS, H. M.. **A História da Engenharia Ambiental no Brasil: Desenvolvimento, Desafios e Perspectivas.** Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: **https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/download/3646/2560/22701**. Acesso em: 24 de junho de 2024.

OLIVEIRA, M. M. **Como Fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Acesso em: 19 de julho de 2022.

PORTAL DA UFPA. **Missão, Visão, Princípios.** Disponível em: https://portal.ufpa.br/index.php/missao-visao-principios. Acesso em: 24 de junho de 2024.

POTT, C. M.; ESTRELA, C. C.. **Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento.** São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/pL9zbDbZCwW68Z7PMF5fCdp/?lang=pt#. Acesso em: 13 de julho de 2022.

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 1, DE 23 DE JANEIRO DE 1986 (1986). Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Disponível em:

https://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=745**.** Acesso em: 24 de junho de 2024.

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1997 (1997). Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. Disponível em: https://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=237. Acesso em: 24 de junho de 2024.

SAGITTA. **Sistema de Atendimento ao Usuário da UFPA**. Universidade Federal do Pará. Chamado realizado no dia 5 de junho de 2023.

SANTOS, J. C. M. **Desafios da implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): o caso da Pernambuco Participações e Investimentos S/A**. Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental, Florianópolis, v. 6, n. 2, p.133-153, 2017. DOI: http://doi.org/10.19177/rgsa.v6e22017133-153. Acesso em: 15 de abril de 2024.

UFPA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA. **Plano De Gestão De Logística Sustentável.** PGL/Logística Sustentável/UFPA. Universidade Federal do Pará, Resolução nº 777/2018. Disponível em: https://www.pls.ufpa.br/. Acesso em: 5 de julho de 2024.

VIEIRA, I. L.; SILVA, E. R. DA. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): análise da aderência de uma autarquia federal - Rio de Janeiro/RJ**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/7839/6009. Acesso em: 18 de julho de 2022.

ISSN 2178-6925

APÊNDICE

Questionário

Pesquisa realizada com os servidores da PROGEP, PROPLAN e Coordenadoria de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará, para a elaboração da dissertação do curso de Mestrado Profissional em Ciências e Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará.

Tema da dissertação: AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P): ANÁLISE DA VIABILIDADE DE ADESÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Os dados do questionário servirão de base para o conhecimento do nível de importância da implantação das ações sustentáveis descritas, na opinião dos servidores da PROGEP, PROPLAN e Coordenadoria de Meio Ambiente da instituição.

Todos os dados serão tratados de forma confidencial.

Função: _____Setor: _____

Responsável: Emanuelle Pereira do Nascimento - Administradora – Universidade Federal do Pará

Por favor, leia os itens abaixo e responda as questões propostas, assinalando com um X a resposta que mais lhe parece adequada a cada uma:

Primeiro Eixo Temático: Uso Racional de Recursos Naturais e Bens Públicos

1) Luzes e equipamentos eletrônicos são desligados quando não utilizados por um longo período?
( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SEI
1.1) Caso a resposta anterior seja NÃO, por quê? _____

2) É utilizado o padrão frente e verso na impressão de documentos?
( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SEI
3) A ferramenta SIPAC tem sido utilizada adequadamente para substituir a assinatura física de documentos?
( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SEI

4) O setor utiliza a prática de adoção de copos, na tentativa de diminuir o uso de descartáveis?
( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SEI
4.1) Caso a resposta anterior seja NÃO, você considera pertinente a adoção desta prática em seu setor de trabalho? _____

5) O setor utiliza lâmpadas fluorescentes em sua totalidade?
( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SEI

6) Papéis A4 inservíveis são utilizados como rascunho?
( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SEI

7) Há campanhas de conscientização de redução do consumo de água em seu setor?
( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SEI
7.1) Caso a resposta anterior seja NÃO, você considera pertinente a adoção desta prática em seu setor de trabalho? _____

Segundo Eixo Temático: Gestão dos Resíduos Gerados

8) Você conhece o Plano de Logística Sustentável da UFPA?
( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SEI

8) Existe separação dos resíduos recicláveis descartados em seu setor?
( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SEI

ISSN 2178-6925

10) O descarte de materiais eletroeletrônicos inservíveis é feito de maneira adequada em seu setor?
( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SEI

11) Você tem conhecimento se a UFPA destina material reciclável a Cooperativas?
( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SEI
11.1) Caso a resposta anterior seja SIM, a qual(is) Cooperativas este material é destinado?
_____

12) Você conhece o Plano de Logística Reversa da UFPA?
( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SEI

13) O descarte de cartuchos e toners no seu setor segue o previsto no Plano de Logística Reversa da UFPA?
( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SEI

Terceiro Eixo Temático: Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

14) Seu setor participa das ações desenvolvidas na UFPA direcionadas à Saúde e Qualidade de Vida do servidor?
( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SEI
14.1) Caso a resposta anterior seja NÃO, seria interessante a adoção desta prática?
_____

15) Seu setor tem acessibilidade para pessoas com deficiência (PcD) ou com mobilidade reduzida?
( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SEI

16) Seu setor possui CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes)?
( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SEI

17) Seu setor promove atividades de integração social interna, como eventos de finalidade integrativa?
( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SEI

Quarto Eixo Temático: Sensibilização e Capacitação de Servidores

18) Seu setor de trabalho participa/incentiva a participação em cursos de capacitação para servidores voltados à sustentabilidade?
( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SEI

19) Há incentivo para o desenvolvimento das habilidades individuais e coletivas, através de programas de mérito e reconhecimento?
( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SEI

20) Existem ações de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação dos recursos ambientais?
( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SEI
20.1) Você acredita que essas ações são importantes?
( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SEI

21) Existem capacitações de Educação Ambiental na instituição?
( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SEI
21.1) Você acredita que essas capacitações são importantes?
( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SEI

Quinto Eixo Temático: Compras Públicas Sustentáveis

22) Os contratados que atuam em seu setor adotam práticas de sustentabilidade na execução dos serviços contratados?

ISSN 2178-6925

( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SEI ( ) NÃO HÁ CONTRATADOS NO SETOR

23) Seu setor dá preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e ou recarga)?
( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SEI

24) Você sabe se as licitações da UFPA utilizam o critério de sustentabilidade em suas aquisições?
( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SEI

25) Seu setor possui um Plano de Gestão Socioambiental?
( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SEI

26) Em sua opinião, o que motiva o seu setor a implantar um Plano de Gestão Socioambiental?
_____
_____

27) Quais são as maiores dificuldades para a implantação de um Plano de Gestão Socioambiental?
_____
_____

28) Em sua opinião, quais são as questões ambientais mais urgentes a serem implementadas?
_____
_____

29) Faça comentários, sugestões ou críticas a respeito do tema proposto (opcional).
_____
_____